

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.229 - DF (2019/0187498-0)

**RELATOR** : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
**RECORRENTE** : FERNANDO ALBERTO SANTORO AUTRAN JUNIOR  
**ADVOGADOS** : LEO DA SILVA ALVES - DF007621  
GUSTAVO DI ANGELLIS DA SILVA ALVES - DF040561  
GILBERT DI ANGELLIS DA SILVA ALVES - DF054386  
**RECORRIDO** : UNIÃO

### EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DEMISSÃO. SERVIDOR DO TJDF CEDIDO AO STJ. INSTAURAÇÃO DE PAD NO ÂMBITO DO STJ. POSTERIOR DESMEMBRAMENTO EM RELAÇÃO AO AGENTE ORIUNDO DO TJDF. DEMISSÃO DO SERVIDOR DO TJDF PELA PRESIDÊNCIA DA CORTE DISTRITAL. PRETENSÃO MANDAMENTAL NO SENTIDO DE SE AGUARDAR O DESFECHO DO PAD JUNTO AO STJ. TESE DE EVENTUAL QUEBRA DE TRATAMENTO ISONÔMICO ENTRE OS INVESTIGADOS DE AMBOS OS TRIBUNAIS. ARGUMENTO INACOLHÍVEL. VALIDADE DA CISÃO NO JULGAMENTO. OBSERVÂNCIA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 49 DA LEI N. 9.784/1999. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. O impetrante foi demitido do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do TJDFT, por ato da Presidência da Corte distrital, em razão de infrações disciplinares ocorridas quando cedido ao STJ para exercício de cargo em comissão.
2. Nas razões da impetração, alega nulidade na cisão do julgamento, que deveria, por força do critério da isonomia, aguardar pelo desfecho do processo administrativo originário, ainda em curso no STJ, relativo aos demais agentes envolvidos no mesmo episódio investigado.
3. O intuito de retardar o julgamento e a aplicação da sanção revela pretensão *contra legem*, violadora do disposto no art. 49 da Lei n. 9.784/1999, razão só por si indicativa da ausência de direito líquido e certo do autor.
4. Recurso ordinário a que se nega provimento.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por maioria, vencido o Sr.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, negar provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa, Gurgel de Faria (Presidente) e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Dr. GILBERT DI ANGELLIS DA SILVA ALVES, pela parte  
RECORRENTE: FERNANDO ALBERTO SANTORO AUTRAN JUNIOR

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

